



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

# Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511  1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.  CDD 361
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim exibe distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam à limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925116</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925117</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>95</b>
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5671925119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagna Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagna Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>178</b>
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>188</b>
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>199</b>
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>212</b>
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>233</b>
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251120</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>246</b>
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>259</b>
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>268</b>
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>280</b>
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56719251124</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>292</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>293</b>

## PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL

**Carol Colpo Gubert**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – RS

**Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – RS

**Daniela Tonús**

Universidade Federal de Santa Maria  
Santa Maria – RS

**RESUMO:** O desligamento de jovens acolhidos em serviços de acolhimento institucional é um tema pouco discutido no campo social, inclusive para os terapeutas ocupacionais, podendo ser um campo muito abrangente. A pesquisa baseou-se em identificar através do olhar dos profissionais como se dá o processo de trabalho e produção de vida em serviços de acolhimento no município de Santa Maria, RS. Com o objetivo de entender o funcionamento de um serviço de acolhimento e identificar os principais pontos de dificuldades existentes no processo de desligamento institucional, bem como, analisar se os serviços de acolhimento de Santa Maria, RS, oferecem suporte de vida após o desligamento e analisar a importância do terapeuta ocupacional na atuação junto à desvinculação de jovens em instituição de acolhimento. Sendo esta uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, a mesma

fora realizada no Lar de Mirian e Mãe Celita, utilizando entrevista aberta com profissionais que atuam na área de desligamento institucional. Utilizou-se como forma de análise de dados a hermenêutica dialética, separando-a em quatro categorias de análise. Por meio do estudo foi possível identificar as maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens que estão em processo de desligamento institucional, além disso, pôde-se compreender como ocorre esse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescente; Desinstitucionalização; Terapia Ocupacional.

### PERSPECTIVES ON THE PROCESS OF YOUTH INSTITUTIONAL TERMINATION AT AGE OF MAJORITY IN THE COUNTRY SIDE OF RIO GRANDE DO SUL

**ABSTRACT:** The dismissal of young people who were welcomed in institutional care services is a topic barely discussed in the social field, even for occupational therapists, considering it is a very comprehensive field. The research based itself on identifying, with the aid of professionals, how the process and production of life in care services is developed and carried out in the municipality of Santa Maria, RS. The aim consisted of understanding a institutional care service for children and adolescents and identifying the main factors which cause difficulty in the dismissal process, as well as, analysing

whether the care services in Santa Maria, RS, offer support to the individuals in adjusting to normal life after dismissal, and analysing the role of the occupational therapist in the dismissal process of these young people in institutional care. Being this research a field experiment of qualitative nature, it was carried out in Lar de Mirian and Mae Celita, through an unstructured interview where the interviewers were professionals in the area of institutional care dismissal. For data analysis, hermeneutics methodology was used, where the data was separated into four categories. By means of the study, it became possible to identify the greatest difficulties faced by young people in their dismissal process, and in addition, also to comprehend how this process effectively occurs.

**KEYWORDS:** Adolescent; Desinstitutionalization; Occupational Therapy

## INTRODUÇÃO

Sabe-se da existência de casos de abandono infantil desde os tempos imemoriais. O abandono foi comum até o final da Idade Média, o período onde a criança era conhecida como um grupo de segunda categoria, como um ser imperfeito que necessitava sair deste estado infantil para merecer algum respeito (SOEJIMA; WEBER, 2018).

No Brasil Colonial as medidas asilares, ou seja, de acolhimento institucional, iniciaram-se com a chamada Roda dos Expostos, que era o nome dado a um dispositivo de madeira no formato cilíndrico incrustado no muro de asilos, onde era deixada a criança que desejavam abandonar, de forma anônima. A casa onde essas crianças ficavam era chamadas “casa dos expostos”, e essa casa durante um século e meio foi a única ação de proteção à criança abandonada. A Roda dos Expostos existiu no Brasil até 1950, sendo o último país do mundo a acabar com ela.

Com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, os movimentos sociais trouxeram à tona a questão dos direitos das crianças adolescentes e em 1927 foi aprovado o Código de Menores. No ano de 1942 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que consolidou uma política assistencialista para a criança e o adolescente, que condizia a um sistema penitenciário para a população de menor idade (COSTA, 2012).

Segundo Costa (2012) na segunda metade dos anos 1960, ocorreu à extinção do SAM, sendo implantada a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), instituindo-se então a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Em 1990 foi instituída a Lei Federal 8069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo uma das leis mais modernas e completas do mundo (ECA, 2017), um avanço a proteção da infância e a adolescência.

No ano de 2006 foi criado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária.

As estratégias, objetivos e diretrizes deste Plano estão fundamentados primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem. Somente se forem esgotadas todas as possibilidades para essas ações, deve-se utilizar o recurso de encaminhamento para família substituta, mediante procedimentos legais que garantam a defesa do superior interesse da criança e do adolescente (PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, 2006, p. 13).

O avanço legislativo contribuiu para mudar, mesmo que não de maneira imediata, mas sim por meio de um processo lento que perdura até hoje, a maneira como a sociedade pensa e age em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes quanto às possibilidades de proteção e de promoção de convívio familiar.

Portanto sempre que houver prejuízo da proteção integral de crianças e adolescentes, seguidamente de ruptura de vínculo familiar o estado tem a responsabilidade de promover estratégias que priorizem o resgate do vínculo. Quando isso não acontece e o afastamento da criança e do adolescente, menor de 18 anos, é avaliado como necessário, é dever, assegurado por lei, do estado intervir e acolher esse menor em Abrigos, Casa-Lar, ou Família Acolhedora.

O acolhimento institucional é uma das medidas de proteção previstas pela Lei Federal nº 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e aplicáveis a crianças e adolescentes. A lei dispõe proteção integral à criança e ao adolescente sempre que os direitos reconhecidos nela forem ameaçados ou violados.

O Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2017, p. 10).

## **Acolhimento institucional**

O serviço de acolhimento compreende crianças e jovens afastados do convívio familiar por abandono, violação de direitos ou por motivos de impossibilidade de ser cumprida a função de cuidado e proteção para eles destinados. Sabe-se também que a institucionalização é uma medida excepcional, portanto, quando ocorre algum tipo de violação de direitos é realizado um trabalho com a família para evitar o afastamento da mesma.

Quando for inviável a reinserção da criança ou do jovem em sua família de origem os mesmos são encaminhados para uma unidade de acolhimento institucional, podendo ser elas: Casa-Lar, Abrigo Institucional ou Família Acolhedora, todas elas

devem seguir os princípios disposto no Art 92 do ECA:

- I. Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
  - II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
  - III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
  - IV. Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
  - V. Não desmembramento de grupos de irmãos;
  - VI. Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
  - VII. Participação na vida da comunidade local;
  - VIII. Preparação gradativa para o desligamento;
- Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

### **Tipos de serviços de acolhimento**

São serviços que acolhem Crianças e Adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.

### **Abrigos Institucional**

O acolhimento na modalidade abrigo deve ser efetivado em Unidade Institucional semelhante a uma residência, inserida na comunidade, em área residencial, oferecendo ambiente acolhedor.

Recebe crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo. É destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa modalidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes.

### **Casa-Lar**

Esse tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. O documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p. 69) refere atender crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo, com capacidade máxima para 10 crianças e/ou adolescentes.

O Serviço de Acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2009, p. 69).

## **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária (2006, p. 42) o programa de Famílias Acolhedoras caracteriza-se como “Um serviço que organiza o acolhimento, na residência de famílias acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva”. Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar.

O documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes refere atender crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo, e que cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

## **República**

O serviço de acolhimento em república é indicado prioritariamente a jovens que passaram anteriormente por serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que oferece apoio e moradia a jovens de 18 a 21 anos. Cada unidade tem até 6 pessoas.

Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustentação (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2009, p. 85).

O documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p. 85) refere:

Atender jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e que não possuam meios para auto sustentação. Com capacidade máxima para 6 jovens (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2009, p. 85).

Sendo esse um serviço especializado para acolher jovens após o desligamento institucional, porém esse serviço não é oferecido no município de Santa Maria, RS.

### **Processo de desligamento institucional**

De acordo com o ECA (2017), o acolhimento institucional é uma medida de proteção direcionada a indivíduos de 0 a 18 anos. Portanto ao completar a maioridade, o jovem que está institucionalizado precisa se desvincular do abrigo, do seu lar, sua casa. É notório que a maioria dos jovens durante o período em que permaneceu na instituição de acolhimento não manteve seus vínculos familiares e sociais, portanto é esperado que a instituição de acolhimento prepare esse jovem, contemplando o fortalecimento da autonomia, a profissionalização, bem como a educação.

Esse processo demanda um preparo, amadurecimento e precisa de tempo para acontecer, visto que há fatores ligados ao contexto social em que o adolescente estava inserido que devem ser levados em consideração, fazendo com que a saída do abrigo não siga uma forma única para todos os jovens.

E essa incerteza quanto à saída do abrigo acompanha os adolescentes até hoje. A legislação trata o caso como se num determinado dia, o jovem adquirisse o potencial de adulto, a maturidade, as capacidades, especialmente ao se considerar as condições já deficitárias em que se desenvolveu (OLIVEIRA, 2017, p. 3).

Oliveira (2017, p. 3) diz que “É importante refletir sobre a possibilidade de uma ação social calcada em práticas sociais e institucionais concretas, para a reinserção destes jovens”.

O empenho na construção de redes sociais fora do abrigo, extremamente necessária quando o adolescente deixa a instituição, resulta em uma maior ou menor efetividade a depender da capacidade do abrigo de trabalhar nesse processo... O resultado desse empenho também dependerá da capacidade da instituição de ajudar a criança e o adolescente a, cotidianamente, construir o sentimento de confiança, autonomia e pertencimento ao grupo cultural mais amplo do que o próprio abrigo (MARTINEZ; SOARES-SILVA, 2008, p. 127).

O processo acontece de forma singular para cada jovem, não existindo uma maneira específica para acontecer, demandando que os profissionais atuem lado a lado com esses jovens, para assim suprir cada demanda que os mesmos trouxeram.

### **METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa qualitativa e tem como intuito entender o funcionamento do processo de desligamento institucional e como os profissionais veem o mesmo. Godoy (1995) acrescenta que na pesquisa qualitativa o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Foi utilizado como técnica de coleta a entrevista estruturada que é caracterizada por conter perguntas previamente formuladas e elencadas em um roteiro. Segundo Gil (2002, p. 117) “Pode ser, enfim, totalmente estruturada quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas. Nesse caso, a entrevista confunde-se com o formulário”. As entrevistas foram realizadas com os profissionais encarregados pelo processo de desligamento de jovens institucionalizados na instituição Sociedade Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita.

Segundo o Plano Municipal de Acolhimento de Santa Maria o Lar de Mirian e Mãe Celita é uma Instituição beneficente que atende crianças e adolescentes no regime de proteção especial – Acolhimento Institucional, segundo o Estatuto da Criança e adolescente nos artigos 92 e 93.

A instituição tem como objetivos específicos: encaminhar, acompanhar e apoiar as atividades educacionais das crianças acolhidas, desenvolver ações específicas de educação para as crianças; prover as necessidades básicas fundamentais ao crescimento sadio e total, tais como alimentação, saúde, vestuário, educação; atingir as famílias das crianças acolhidas, fortalecendo vínculos familiares (PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE SANTA MARIA, 2014, p. 9).

A instituição Lar de Miriam foi fundada em 12 de agosto de 1961, para abrigar/acolher meninas de zero a 12 anos. Em 26 de março de 1986 fundiu-se com o Lar Mãe Celita formando assim a entidade que hoje existe: A Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, que está localizada na Avenida Maurício Sirotisk Sobrinho N: 51, bairro Patronato, CEP: 97020-440.

Como forma de análise de dados utilizou-se a hermenêutica-dialética, Minayo (1996, p. 231) refere que “Essa metodologia coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica”. Contudo optou-se por trabalhar o sujeito de pesquisa através de todas as implicações de ordem histórica, sociocultural, política, econômica e educacional, e assim, vivenciar uma experiência no contexto.

Este capítulo é referente a uma parte de um trabalho de conclusão de curso, intitulado Jovens no serviço de acolhimento institucional: um olhar para a produção de vida em abrigos do município de Santa Maria, RS. Sendo apresentado e aprovado pela banca examinadora no dia 15/07/2019.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **O Acolhimento e o Desligamento Institucional do Lar de Mirian e Mãe Celita**

O Lar de Mirian e Mãe Celita é uma Instituição beneficente que trabalha com crianças e adolescentes no regime de proteção especial – Acolhimento Institucional no município de Santa Maria, RS. Optou-se por dividir essa categoria nas seguintes subcategorias: Acolhimento no Lar de Mirian e Mãe Celita e Desligamento na instituição

## Acolhimento no Lar de Mirian e Mãe Celita

Conforme relato, a Instituição Beneficente Lar de Mirian foi fundada em 1961 e no ano de 1989 fundiu-se com o Lar Mãe Celita:

É, essa instituição ela existiu primeiramente antes de 61 para acolher crianças de 0 até 11 anos, depois de 61 ela se fundou com o Lar Mãe Celita que já existia, né, e começaram a atender mais crianças, mas era em uma instituição que não era regularizada por leis, por decretos, por portaria. Era tudo muito assistencialista, né, visava caridade, atendimento das crianças carentes, não tinha uma regularização, um marco regulatório, isso foi, é, bem recente. De um tempo pra cá que essas ONGS começaram a funcionar através de leis, decretos, portarias (ENTREVISTADA 2, PSICOLOGIA).

O Plano de Acolhimento Institucional de Santa Maria, RS (2014, p. 9) refere que a instituição tem como objetivo geral: acolher crianças do sexo feminino de zero a 12 anos e meninos de zero a seis anos em situação de risco social e pessoal. Entretanto, durante as entrevistas foi identificado que são acolhidas crianças e adolescentes de ambos os sexos com idades entre 0 e 18 anos.

A instituição então ela atende crianças e adolescentes de 0 até 18 anos, que foram vítimas de algum tipo de maus tratos, né, pela família ou pela comunidade no contexto que elas estão inseridas, são trazidas pra cá via judicial (ENTREVISTADA 2, PSICOLOGIA).

“Nós somos acolhimento institucional, é diferente da Casa-Lar, que são mães sociais. Nós aqui trabalhamos com educadores sociais (ENTREVISTADA 7, PSICOLOGIA). O educador/cuidador social ocupa um lugar de referência afetiva, deve participar ativamente das decisões relacionadas à casa bem como acompanhar a vida diária das crianças e dos adolescentes, tendo como exemplo participar de reuniões escolares. Contudo o educador social não ocupa o lugar da mãe, ou da família de origem, ele apenas contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo a reintegração familiar (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2008).

Tuma (2016) diz que o acolhimento é uma medida de proteção direcionada a criança e ao adolescente em situação de risco pessoal ou risco social, cujos vínculos familiares tenham sido perdidos ou estejam fragilizados. O Art. 101, Parágrafo Único, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2014) refere que o abrigo é uma medida provisória e excepcional, entretanto, em alguns casos as crianças e/ou adolescentes permanecem institucionalizado até completar a maioridade, seja pela impossibilidade de voltar à família de origem ou por não serem adotados:

O serviço de acolhimento institucional tem por atribuição preservar ou minorar os

danos causados aos direitos da criança e do adolescente, com a função protegê-los quando a situação de risco é alta (SILVA; MATRODI, 2015, p. 306).

**O Lar de Mirian e Mãe Celita atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Atualmente possui em torno de 45 crianças e adolescentes em acolhimento institucional divididos em 4 casas:**

Temos 46 vagas e hoje nós temos 45 crianças e adolescentes, o nosso público é isso, é trabalhar nas questões sociais que se apresentam dentro dessas famílias, para se tentar a saída dessa vulnerabilidade social que está imposta pra todo esse nosso trabalho (ENTREVISTADA 5, SERVIÇO SOCIAL).

**As casas devem assemelhar-se a uma residência, estar inseridas na comunidade, em áreas residenciais, sempre prezando por oferecer um ambiente acolhedor em condições institucionais para um atendimento com padrões de dignidade, devendo sempre atender a todos os requisitos estabelecidos no ECA:**

Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão socioeconômico da comunidade onde estiver inserida. O serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2008, p. 39).

**O acolhimento institucional visa à institucionalização de crianças e adolescentes provisoriamente afastados de suas famílias em virtude da violação de direitos. Segundo um dos profissionais entrevistados, quando a criança ou adolescente não ficar na instituição poderá ir para uma família substituta:**

Uma criança hoje para ser acolhida, ela tem que realmente estar dentro do perfil do acolhimento, que é: sofrer violência dentro de casa, intrafamiliar, não existir nenhum membro da família ampliada que possa se responsabilizar e sempre manter o caráter de transitoriedade no acolhimento. Quando não se consegue manter essa criança ou adolescente aqui, de forma transitória, essa criança vai para família substituta. Também seguindo a fila da adoção (ENTREVISTADA 3, PSICOLOGIA).

**Essas crianças e adolescentes são oriundos de um ambiente familiar exposto a privações e vulnerabilidades, e muitas vezes sofrem agressões físicas, emocionais, verbais, bem como são negligenciadas pelos cuidadores.**

**De acordo com o Plano de Acolhimento de Crianças e Adolescentes de Santa Maria RS (2014, p. 9), a instituição atende crianças encaminhadas através do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Santa Maria e Conselho Tutelar, o que foi confirmado em nossas entrevistas:**

Hoje são encaminhados através do Ministério Público, passam pelo juizado da infância e juventude e eles determinam se é situação de risco ou não. Aí eles que determinam o acolhimento, salva-se, né, acolhimentos emergenciais, na madrugada, ou coisas assim, mas na verdade o acolhimento vem através do Ministério Público, quem são, o que determina uma acolhimento: são crianças em situação de risco, e o que que é essa situação de risco: são vítimas de violência (ENTREVISTADA 7, PSICOLOGIA).

A partir do acolhimento em unidade de acolhimento institucional, é realizado trabalho interdisciplinar com a família da criança e/ou adolescente para fortalecer os vínculos e superar a situação de vulnerabilidade social, caso isso não ocorra, a criança e/ou adolescente permanece na instituição podendo ficar até completar 18 anos e precisar se desligar da mesma. Como ocorre o desligamento de jovens institucionalizados? A instituição está preparada para trabalhar com esse processo?

### **Desligamento na instituição Lar de Mirian e Mãe Celita**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem como medida de proteção estipulada, o acolhimento institucional, que atende crianças e adolescentes de 0 a 18 Anos. Portanto, o desligamento institucional deve ser de caráter obrigatório quando o jovem completa a maioridade.

É esperado que as instituições de acolhimento preparem-se para esse momento de desligamento, contemplado o fortalecimento da autonomia, a profissionalização, a educação, bem como estabelecendo um processo de desligamento gradativo do jovem (SILVA, 2010, p. 54).

Essa situação só acontece quando não ocorreu, durante o período de institucionalização, a reinserção familiar e comunitária, ou o encaminhamento para uma família substituta. Esse processo deve ocorrer de forma gradativa para que essa criança e/ou jovem esteja preparado para a vida fora da instituição de acolhimento.

O desligamento ocorre de forma gradativa, assim como vai ser inserido para sua família, se for para sua família de origem é aos poucos também, né, com o acompanhamento dos profissionais. Se é para adoção, a mesma coisa e completando seus 18 anos a gente trabalha o processo de autonomia deste adolescente inserindo no mercado de trabalho (ENTREVISTADA 7, PSICOLOGIA).

Esse processo vai ocorrer de forma gradual, prezando estabelecer os vínculos dos jovens institucionalizados com a comunidade, bem como, fortalecer a autonomia e independência dos mesmos, propiciando meios para a construção de perspectiva do pós-desligamento. O processo é singular e cada jovem, dependendo de sua trajetória de vida, vai reagir de forma única, sendo um processo de lento de amadurecimento e não seguindo uma de forma única para todos.

Na realidade todo o desligamento é um processo. É um processo contínuo né?

Desse adolescente, que a idade civil no Brasil, começa a criar lá quando eles completam 16 anos. A gente começa a trabalhar autonomia, começa a trabalhar encaminhamento para outros lugares né, encaminhamento para serviço. Também vamos então, inserindo-o na comunidade, para que ele então crie a sua rede de apoio né, que na maioria das vezes acontece isso, eles acabam indo para alguém que constituiu essa rede de apoio e é nesse processo que a gente trabalha (ENTREVISTADA 5, SERVIÇO SOCIAL).

Durante a institucionalização desses jovens a instituição busca também a sua profissionalização, inserindo os mesmo em projetos sociais que também buscar proporcionar maior independência. Entrevistada 6, com formação em Gestão Pública, diz “Nós procuramos inserir na sociedade procurando que ele faça um curso profissionalizante, que ele saia daqui com alguma profissão que possa viver lá fora, mas eu sempre penso em tudo isso” .A capacitação profissional, para eles, é um caminho em direção à independência e ao fortalecimento dos seus vínculos com sociedade.

Assim, quando eles têm mais ou menos em torno de 16 anos, 15 para 16 anos e eles possuem escolaridade adequada para serem inseridos no projeto jovem aprendiz a gente então procura um local, faz o contato eles realizam a entrevista, e muitos deles então são inseridos (ENTREVISTADA 2, PSICOLOGIA).

O desligamento institucional ocorre de forma conjunta com o Ministério Público, a Justiça da Infância e da Juventude, e a equipe técnica interdisciplinar, preferencialmente, de uma instituição pública.

De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária (2006, p. 39), o afastamento da criança ou do adolescente da sua família de origem deve se originar de uma recomendação técnica, a partir de um estudo diagnóstico, caso a caso, realizado por equipe interdisciplinar de instituição pública, ou, na sua falta, de outra instituição que detenha equipe técnica qualificada para tal.

Quem desacolhe é o juizado e a forma com que é feito esse processo de desligamento quando é jovem a gente tenta trabalhar a autonomia inserindo no mercado de trabalho, jovem aprendiz, estimulando a questão do estudo, atendimento psicossocial, essa é a forma com que a gente trabalha para que eles possam ter sua própria autonomia (ENTREVISTADA 1, SERVIÇO SOCIAL).

Entende-se que o processo de desligamento institucional é bastante singular, implica desafios aos jovens que vivenciam esse momento, portanto, a próxima categoria terá por foco discorrer sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos adolescentes, na visão dos profissionais que atuam na área.

## **E depois? O suporte social no pós-desligamento ao jovem em Santa Maria**

O ECA dispõe a sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando a criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e

o adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Portanto, ao completar sua maioridade os jovens não são mais assegurados pelas políticas de proteção dispostas no ECA.

Tuma (2016, p. 64) refere que “Os jovens ao serem desligados se encontram expostos a uma situação de desamparo legal, emocional e econômico”, e essa angústia também é vivenciada pelos profissionais diante da ausência de redes de proteção para esses jovens no momento da maioridade.

Estou sempre falando que não existe uma política pública, eles ficam rondando um bom tempo em volta do Lar de Mirian, vinculados com a gente. Eles vão pra casa de passagem lá na rua sete, que tem o albergue, muitos assim custam muito a se inserir porque eles já tem um, eles são as vezes marcados pela sociedade por não ter família, por não ser uma pessoa, daí eles ficam na rua (ENTREVISTADA 6, GESTÃO PÚBLICA).

Com a falta e/ou inexistência de políticas públicas, os jovens passam de um dia para o outro para uma condição de desamparo legal, além de econômico, afetivo e social, onde a maioria das vezes seus vínculos foram todos rompidos, seja com a família de origem ou com a instituição de acolhimento conforme apresenta uma das entrevistadas:

Quando faz 18 anos a gente não tem mais como acompanhá-los, não existe nenhuma política pública efetiva que trabalhe com eles após os 18 anos, o que ele fica de novo sem estrutura, e acaba recaindo. Porque nós deveríamos ter as repúblicas, em Santa Maria não é feito república, não é feito nenhum interesse da prefeitura de Santa Maria, não só deste governo, como dos governos anteriores, em apoiar o jovem (ENTREVISTADA 3, PSICOLOGIA).

Segundo o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) a República é uma modalidade de atendimento que oferece apoio e moradia subsidiada para jovens (de 18 a 21 anos) em desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, ou em situação de vulnerabilidade social, cujas possibilidades de reinserção a família de origem foram esgotadas.

Serviço que é prestado pelo município seria a casa de passagem, que seria o albergue, né, que é o oferecido para adultos e nós lutamos com a prefeitura para que se tenha um serviço para esses jovens adultos, que eles possam sair do acolhimento e eles irem para um outro perfil de acolhimento para que se possa trabalhar a questão da sua própria autonomia, né, para que possa continuar se incentivando (ENTREVISTADA 1, SERVIÇO SOCIAL).

Essas repúblicas teriam então, a atenção voltada às demandas desses jovens que não possuem vínculos familiares, que estão em situação de vulnerabilidade e que passaram pelo processo de desligamento institucional, possibilitando aos mesmos a construção da autonomia em todas as esferas da vida.

A república é um estágio na construção da autonomia pessoal e uma forma de desenvolver possibilidades de auto-gestão, autossustentação e independência, preparando os usuários para o alcance de autonomia e autossustentação. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2008, p. 56).

O serviço de acolhimento oferecido em Santa Maria, RS é a Casa de passagem para Adultos, conhecido como Albergue Municipal. A Casa de Passagem para Adultos oferece 50 vagas em período integral e essas vagas são disponibilizadas a pessoas sem moradia, ou que passam pela cidade por motivos médicos ou de trabalho e não têm condições de pagar hospedagem. Os moradores recebem além de três refeições diárias, um kit higiene, composto por escova de dente, creme dental, sabonete, xampu e toalha. Os moradores da república devem possuir um espaço comum, uma área de lazer, onde possam assistir televisão e/ou conversar.

O suporte de vida que eles têm hoje no nosso município, que eu entendo, seria o albergue como eu te falei, que é um lugar que eles têm para comer, para tomar banho, para dormir né?! Tem a rede do SUS que é dever de atendê-los né? Dai entraria HUSM, UPA, SAMU, PA, enfim, toda essa rede né?! (ENTREVISTADA 4, ENFERMAGEM).

Contudo, acaba que o acolhimento institucional, o lugar que acolheu o jovem quando houve a ruptura de vínculos familiares, por já ter um vínculo formado, se torna lugar referência para esses jovens.

O suporte vai ser sempre nosso, nós que vamos conversando, nós sempre vamos estar trabalhando com eles né, essas questões. Porque eles sempre vão nos procurar, por exemplo assim, vou te dar um exemplo. Ontem mesmo um menino que completou 18 anos aqui, o ano passado me ligou e disse: 'Tia, eu preciso do telefone de tal lugar', daí a gente dá. Então nós sempre vamos ter esse vínculo, porque o que permanece para nós é o vínculo afetivo para com eles (ENTREVISTADA 5, SERVIÇO SOCIAL).

Conforme foi identificado, o município de Santa Maria, RS, não possui uma rede de suporte para os jovens que completam a maioria e precisam se desligar no abrigo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como já mencionado acima o acolhimento institucional ocorre quando não há mais possibilidade de permanência do jovem no ambiente familiar, passando por uma ruptura de cotidiano. Após, é acolhido e caso o mesmo não tenha sido adotado, e esteja dentro do limite de idade estabelecido, ocorre o desligamento institucional

e novamente acontece a ruptura do cotidiano. Deste modo torna-se um processo bastante difícil e muitas vezes geram sentimentos confusos.

O abrigo institucional se torna o lar, a casa desses jovens, que ao completarem 18 anos precisam deixá-las para viver na incerteza, muitas vezes sem o preparo necessário para encarar a vida fora da instituição e sem o apoio familiar, de modo que, mesmo após o desligamento esses jovens ainda tem na instituição uma referência para a vida deles.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Senado Federal**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL. Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, jun. 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes\\_tecnicas\\_final.pdf](https://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Plano\\_Defesa\\_CriancasAdolescentes%20.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

COSTA, A. C. P. As políticas de proteção a infância e adolescência e a educação: reflexões a partir da década de 1920. CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/03.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <[http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2019.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, Maio 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2019. DOI: 10.1590/S0034-75901995000300004.

MARTINEZ, A. L. M.; SOARES-SILVA, A. P. O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, Dez. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/336/350>>. Acesso em: 05 jul 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

OLIVEIRA, F. L. A. Acolhimento Institucional e maioridade: uma análise da saída do jovem do abrigo à luz da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. In: SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA JURÍDICAS I: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 23., 2014, João Pessoa. **Anais...** Florianópolis, CONPEDI, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=f3c985feac25c219>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Secretaria do Município de Desenvolvimento Social**. Santa Maria, 2019. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/smasc/383-casa-de-passagem-para-adultos>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

SILVA, I. A. C.; MASTRODI, J. Serviço de Acolhimento Institucional voltado à realidade em Campinas-SP. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 52, n. 207, Set. 2015. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/515199/001049368.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SILVA, M. E. S. **Acolhimento institucional: A maioria e o desligamento**. 2010. 136 f. Dissertação (Pós-graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS_DISSERT.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2019.

SOEJIMA, C. S.; WEBER, L. N. D. O que leva uma mãe a abandonar um filho?. **Aletheia**, Canoas, n. 28, Maio 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n28/n28a14.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

TUMA, T. B. V. **Acolhimento Institucional e Maioridade: Trajetórias institucionais de jovens e o momento da saída**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1412426\\_2016\\_completo.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1412426_2016_completo.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Thaislayne Nunes de Oliveira:** Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176

Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167

Assistencialismo 88, 103

Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275

Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292

Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

### C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272

Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277

Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274

Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194

Clientelismo 59, 88

Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103

Coronelismo 49, 50, 59, 189

Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60

Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

### D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205

Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5

Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277

Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277

Desigualdade socioespacial 194

Determinantes sociais 82, 287, 289

Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292

Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

### E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155

Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291  
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272  
Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

## **F**

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275  
Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

## **G**

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

## **I**

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

## **J**

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144  
Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184  
Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

## **M**

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192  
Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73  
Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147  
Medida socioeducativa 125, 154  
Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258  
Mercado de trabalho do assistente social 35  
Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

## **N**

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173  
Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285  
Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

## **P**

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277  
Política de habitação 194  
Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

## Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

## R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

## S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

## T

Teoria social crítica 1, 2

## U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

## V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567